

Mat. 300 de 2000.12.29

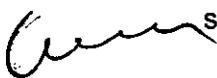
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO  
FUNDADA EM 1920  
FILIADA NA FISA

***Acta da Assembleia Geral de 10/12/2016***

Nos termos dos art.º 28º e 32º dos Estatutos da FPR reuniu-se a Assembleia Geral no dia 10 de Dezembro de 2016, no Centro de Alto Rendimento, sito em Montemor-o-Velho. A sessão iniciou-se 30 minutos após a hora marcada, por não se encontrarem a totalidade dos delegados.

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação dos delegados nomeados e eleitos com direito a voto, e validação dos seus poderes; estiveram presentes 14 delegados em representação da Associação Naval de Lisboa, Clube Naval Infante D. Henrique, Colectividade Popular de Cacia, Ginásio Clube Figueirense, Clube Fluvial Portuense, Viana Remadores do Lima, Associação Nacional de Treinadores de Remo, Associação de Remo do Norte e dos atletas " Remadores Veteranos".
2. Leitura e aprovação da acta da última Assembleia Geral; aprovada por unanimidade.
3. Apresentação, discussão e votação da proposta de Plano e Orçamento 2017 da FPR; O Presidente fez uma breve apresentação, sublinhando os seguintes pontos: O Orçamento proposto era o início de um processo negocial com o IPDJ, pelo que os valores poderiam estar sobrestimados, sendo a versão final ajustada em função das participações aprovadas pela tutela; a renovação do patrocínio dos JSC estava bem encaminhada; o pagamento das dívidas decorrentes do plano de insolvência era um factor de bloqueio à actividade; a FPR iria pedir apoio ao COP para implementação de Casa do Remo em Coimbra, destinada aos remadores de AC que estudam nessa cidade; o quadro de pessoal técnico-administrativo da FPR ficaria completo em Janeiro 2017 com a contratação de um novo colaborador que substituiria a D. Palmira, aposentada em 2016. De imediato foi aberto um período de debate e de esclarecimento de dúvidas. O delegado Carlos Afonso da ANL questionou a direcção sobre o seguimento mensal da execução do orçamento e como seria definida a proporção para a



respectiva execução, depois de atribuída a verba anual do IPDJ, tendo em conta que o que estava em discussão era muito especulativo; e quais seriam os critérios de seleção de atletas para as equipas nacionais, considerando que as verbas a atribuir não seriam as orçamentadas. O Presidente esclareceu que 1) a Direcção tem feito uma gestão muito restrita das despesas, com controlo mensal das mesmas; 2) haveria uma aplicação diretamente proporcional das verbas atribuídas pelo IPDJ em relação ao orçamento; 3) apesar da existência de standards mínimos pré-definidos, tal não significa a entrada na seleção, dado que a verba final do IPDJ poderá implicar a redução do número de atletas seleccionados. O delegado Albino Silva da ANTRemo questionou se os planos de formação incluíam a formação de treinadores, tendo obtido resposta afirmativa. O delegado Luís Esteves do VRL solicitou um esclarecimento sobre o pagamento aos clubes dos valores atrasados, obtendo do Presidente a garantia de que até Junho do próximo ano estaria tudo pago, muito beneficiando da melhoria da tesouraria pela implementação do sistema de pagamento à FPR através das referências MB. O delegado Manuel António do Fluvial Portuense afirmou que o orçamento não discriminava as verbas atribuídas a cada objectivo, prejudicando a compreensão do documento. O Presidente informou que este modelo correspondia ao solicitado pela IPDJ e que se encontravam elaborados planos detalhados da despesa e receita de cada rubrica / objectivo. O delegado Paulo Teixeira da ARN comentou que o remo de mar tem tido uma participação muito limitada porque há poucos barcos disponíveis e questionou quais as medidas que estão previstas para uma participação mais abrangente. O Presidente Luís Teixeira confirmou a escassez de embarcações, pelo que a estratégia seguida foi de convidar membros de diferentes clubes, com alguma influência nas suas colectividades, para fomento e divulgação desta nova vertente da modalidade. Deram prioridade aos clubes que ainda não a tinham experimentado. Referiu, ainda, que também houve a oportunidade de os clubes solicitarem a participação, mas nesta opção, verificaram-se poucos pedidos. O delegado Ildeberto Ribeiro do CNIDH comentou que o financiamento era dependente do IPDJ, faltando fontes alternativas. Constatou alguma desistência de angariação de outros patrocinadores, demonstrado pela escassez de propostas para o aumento dos financiamentos extra IPDJ. Em reacção a esta intervenção, o Presidente reforçou que o Remo de mar era uma aposta para angariar patrocinadores, do qual a



presença de stand na Volvo Ocean Race foi um exemplo e que a aposta na qualidade dos eventos seria outra forma de dar visibilidade à modalidade e angariar patrocinadores. O orçamento e plano foram aprovados por unanimidade.

4. Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração de taxas de filiação na FPR para a época 2017/2018. Esta proposta foi retirada da votação, por iniciativa da Direcção, para que pudesse ser revista e ponderada; a submeter na próxima assembleia geral ordinária referente ao relatório e contas de 2016. Resumo do Debate: A Direcção, por intermédio do seu Presidente, fez uma introdução ao tema: A FPR vem-se debatendo imensos problemas de tesouraria, sendo necessário aumentar a sua liquidez da FPR; Os eventos organizados sob controlo da FPR teriam as inscrições fechadas 15 dias antes do evento e que as alterações introduzidas na plataforma web, nomeadamente os pagamentos por referência MB iriam ajudar a aumentar a liquidez, permitindo também, a publicação antecipada dos cadernos de provas; a proposta de aumento das taxas estava diretamente relacionada com a necessidade de pagar as dívidas do plano de insolvência. Os delegados dos clubes intervieram no debate, colocando dúvidas, discordâncias e sugestões. Paulo Almeida do CNIDH, a propósito das alterações introduzidas na plataforma, referiu que era fundamental a inscrição de equipas mistas na plataforma, para acabar com as inscrições enviadas por email e diminuir o tempo de publicação dos cadernos de provas. Acrescentou, ainda, que era muito importante a divulgação antecipada da lista de participantes por cada prova, ainda sem detalhes de horários e de composição de mangas, permitindo a cada clube, conferir as inscrições e planear atempadamente a respetiva logística, nomeadamente em termos de marcação de alojamentos e de refeições. Apresentou o exemplo das provas da FISA, para reforçar a sua sugestão. Luís Esteves do VRL propôs a aplicação de taxas de filiação com preço progressivamente decrescente em função do número de atletas inscritos por clube – quantos mais atletas inscritos, menor deveria ser o valor da taxa. Manuel António do Fluvial Portuense foi de opinião que competia ao estado financiar o desporto e competia à FPR saber viver com esse facto e que o último aumento de taxas foi aprovado com base num pressuposto de retorno aos clubes; dado que este retorno não foi aplicado, não fazia sentido outro aumento. José Miguel Silva do Ginásio Figueirense referiu que o aumento proposto era muito elevado, sendo mais justo que haja uma redução para os clubes com mais atletas inscritos. O Presidente Luís Teixeira interveio para afirmar que era importante



haver uma mudança de paradigma dado que o Estado vinha reduzindo cada vez mais os apoios, e, nas outras modalidades, as taxas eram mais elevadas. Rui Costa do Fluvial reiterou o que foi referido pelo Manuel António, dizendo que a CM Gaia afirmava que as Federações se deveriam financiar junto do IPDJ. Manuel António, do mesmo clube, referiu que o aumento das taxas teria como consequência a redução do número de praticantes. Carlos Afonso da ANL afirmou que o remo de lazer deveria funcionar como fonte de financiamento dos clubes, permitindo assim, atribuir verbas ao sector da competição. João Oliveira, Vice-Presidente da Direcção, em jeito de conclusão, destacou a diversidade na realidade de financiamento de cada clube, provavelmente fruto do enquadramento social em que cada um se insere e que a proposta da Direcção deveria ser aperfeiçoada e apresentada em nova Assembleia Geral. José Miguel Silva questionou se houve algum estudo que justificasse os aumentos propostos. Ildeberto Ribeiro apresentou a estrutura de quotas existente no seu clube, e que estas têm vindo a sofrer aumentos de valor para poder compensar a diminuição dos apoios oficiais. Luís Teixeira afirmou que os aumentos seriam para reverter em favor da modalidade e que a FPR pretendia aplicar as verbas na melhoria das condições de trabalho e no pagamento da insolvência. Acabou por anunciar a suspensão da proposta de aumento das taxas, para que pudesse ser revista e ponderada e apresentada na próxima assembleia geral.

5. Ratificação da demissão como filiado da FPR do Centro Social de Alfarelos; aprovado por unanimidade.
6. Assuntos fora da ordem de trabalhos; não houve intervenções
7. Encerramento.

Não havendo mais assunto a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente da Mesa. Da presente Assembleia foi lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos membros da mesa presentes.



O Presidente



---

O 1º Secretário (ausente)

---

O 2º Secretário (ausente)

---

O Secretário convidado

---

Paulo Jorge Ferreira de Almeida

Anexos: DOC n.º 01 – Relação dos Delegados presentes  
DOC n.º 02 – Plano e Orçamento 2017 da FPR  
DOC n.º 03 – Taxas de filiação na FPR

